



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**GRATUIDADE DE JUSTIÇA NA REFORMA TRABALHISTA:
ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL E IMPLICAÇÕES NO ACESSO À
JUSTIÇA**

ISAAC LUCAS SOUSA ALVES LIMA

BRASÍLIA - DF, 2018

ISAAC LUCAS SOUSA ALVES LIMA

**GRATUIDADE DE JUSTIÇA NA REFORMA TRABALHISTA:
ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL E IMPLICAÇÕES NO ACESSO À
JUSTIÇA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília para
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora Professora Noemia Aparecida Garcia
Porto.

BRASÍLIA – DF

2018

ISAAC LUCAS SOUSA ALVES LIMA

**GRATUIDADE DE JUSTIÇA NA REFORMA TRABALHISTA:
ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL E IMPLICAÇÕES NO ACESSO À
JUSTIÇA**

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Direito, no curso de Direito, da Faculdade de Direito, da Universidade de Brasília,

Brasília, 5 de julho de 2018.

Prof. Wilson Roberto Theodoro Filho
Coordenador do Curso de Direito

BANCA EXAMINADORA:

Doutora Noemia Aparecida Garcia Porto (Orientadora)

Doutora Daniela Marques de Moraes

Doutor Wilson Roberto Theodoro Filho

A Maria Madalena – *in memoriam*.

A minha mãe e a meu pai, com os quais aprendi a caminhar em direção à utopia.

A minha irmã, querida caçula.

A minha família, a qual é fonte primeira de inspiração.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Universidade de Brasília, terceirizados, servidores e professores, por garantirem esta caminhada.

Aos bons amigos e amigas, com os quais a caminhada pôde ser mais amena e alegre.

A Karina, que foi um porto seguro em todos os momentos.

A professora Noemia Porto, que orientou e foi fundamental para tornar realidade este trabalho.

RESUMO

A presente monografia busca analisar os aspectos de constitucionalidade da chamada “Reforma Trabalhista”, implementada pela Lei n. 13.467/2017, no tocante à gratuidade de justiça e suas consequências no acesso à jurisdição. Para tanto, serão analisados de forma crítica os itens relativos à gratuidade de justiça alterados da CLT pela referida lei com especial foco à análise da implementação da obrigação de pagamento por beneficiários da gratuidade de justiça de honorários periciais, honorários advocatícios e custas processuais. Buscar-se-á, nessa toada, analisar criticamente o julgamento ainda em andamento da ADI 5.766 no Supremo Tribunal Federal (STF), o pedido da PGR, as contribuições dos amigos da corte e os votos já proferidos, na qual se discute a constitucionalidade das alterações do art. 790-B, caput e § 4º, do art. 791-A, § 4º e do art. 844, § 2º, ambos com redação dada pela Reforma Trabalhista, que tratam justamente das despesas processuais que passaram a ser devidas por reclamantes legalmente pobres.

Palavras-chave: reforma trabalhista; gratuidade de justiça; acesso à justiça; honorários; custas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNT – Confederação Nacional do Transporte

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária

CPC – Código de Processo Civil

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

CSTJ – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IN – Instrução Normativa

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PGR – Procuradoria Geral da República

PL – Projeto de Lei

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

STF – Supremo Tribunal Federal

TST – Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. AS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO ÂMBITO DA JUSTIÇA GRATUITA	12
1.1 Requisito para concessão da gratuidade de justiça – Alteração do § 3º do art. 790 da CLT	12
1.2 Honorários periciais – Alteração do caput do art. 790-B da CLT e inclusão de parágrafos.....	15
1.3 Honorários sucumbenciais – Inclusão à CLT do art. 791-A e parágrafos	18
1.4 Custas processuais – Inclusão à CLT dos §§ 2º e 3º do art. 844	21
2. A ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DA COBRANÇA A BENEFICIÁRIOS DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS, HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E CUSTAS PROCESSUAIS EM ÂMBITO TRABALHISTA	24
2.1 O fundamento legal e constitucional da gratuidade de justiça	24
2.2 ADI 5.766 – Análise dos fundamentos da ação	26
2.3 Intervenção dos <i>amici curiae</i> e análise dos votos proferidos pelo relator da ADI 5766 ministro Luis Roberto Barroso e pelo ministro Edson Fachin	33
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

A Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, trouxe alterações à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, dentre outras, modificando a sistemática até então consolidada no tocante à gratuidade de justiça.

Nesse sentido, tendo em vista a atualidade, a complexidade e a relevância social do tema, a presente pesquisa busca fazer análise da Reforma Trabalhista de 2017, à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, examinando sua adequação aos princípios constitucionais e seus efeitos no acesso à justiça no Brasil.

Mais especificamente, busca-se entender os corolários da Reforma ao acesso à justiça na seara trabalhista advindos de alterações na sistemática da gratuidade de justiça a partir da análise de três inovações do novo regramento: (i) o art. 790-B, caput e § 4º, (ii) o art. 791-A, § 4º, (iii) o art. 844, §§ 2º e 3º.

Ambas as normas dispõem sobre situações em que despesas processuais são devidas por beneficiários da gratuidade de justiça.

O primeiro dispositivo trata sobre o regramento quanto ao pagamento dos honorários periciais, em casos em que o sucumbente é beneficiário da justiça gratuita. No segundo dispositivo, se trata da fixação dos honorários relativos às obrigações decorrentes da sucumbência do beneficiário da justiça gratuita. No terceiro, finalmente, trata-se da cobrança de custas processuais por ausência à audiência da parte reclamante e, este pagamento, como requisito para nova propositura de ação, mesmo quando este demandante é, nos termos da lei, pobre.

Ou seja, ambos os dispositivos alteram regras sensíveis à gratuidade de justiça, o que dilata e torna premente a necessidade da reflexão quanto à adequação de tais dispositivos.

Isso porque a efetiva tutela dos direitos, a que corresponde o acesso à justiça, é Direito Fundamental e, portanto, é papel do Estado sua garantia, como afirma Moraes (2015, p.149). Já no contexto do advento do Código de Processo Civil (CPC) de 2015, a autora afirmou que:

[...] as reformas devem favorecer os indivíduos, principalmente os que sempre enfrentaram dificuldades de acesso à justiça, em seu sentido mais amplo, que é o de reconhecer seus direitos e os mecanismos de concretizá-lo, conseguir ingressar no judiciário e conquistar, seja pelo modelo tradicional, seja pela propositura de novas técnicas, as tutelas jurídicas de modo efetivo. (MORAES, 2015, p. 80)

A Reforma Trabalhista foi oriunda do Projeto de Lei (PL) 6.787, apresentada pelo Poder Executivo, em 23 de dezembro de 2016, relatada pelo Deputado Rogério Simonetti Marinho, do PSDB/RN, e transformada em lei ordinária após seis meses, em 13 de julho de 2017 – tempo consideravelmente exíguo se comparado às recentes reformas do Código Civil (CC) de 2002 (cuja origem é o PL 634 de 1975) e do CPC de 2015 (cuja origem é o PL 8046 de 2010).

A referida Reforma trouxe mais de 220¹ alterações ao texto da CLT, tanto no tocante ao Direito Material quanto ao Direito Processual do Trabalho. Algumas dessas alterações motivaram a inclusão² do Brasil na “lista suja” da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre os 24 casos considerados mais graves ao Direito Internacional do Trabalho para apreciação pela 107^a Conferência Internacional do Trabalho, a qual o Brasil deverá encaminhar explicações, por suposta afronta à Convenção 98, que trata do direito de negociação coletiva e de organização sindical dos trabalhadores.

As mudanças implementadas pela nova lei, além disso, possivelmente impactarão a jurisprudência consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) que, em razão disso, formou comissão de estudos formada por ministros que apresentarão conclusões em relatório sobre algumas das mudanças que forem consideradas mais evidentes e emergenciais, incluindo a regência temporal (SECOM/TST, 2018). Sobre a regência temporal, o Pleno do TST aprovou a Instrução Normativa (IN) 41/2018, segundo a qual a aplicação das normas processuais previstas pela reforma é imediata, sem atingir, no entanto, situações

¹ Leite, C. H. B. (2018). *A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e a Desconstitucionalização do Acesso à Justiça do Trabalho*: Breves Comentários sobre Alguns Institutos de Direito Processual do Trabalho. A Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual. p. 2.

² ANAMATRA. *Caso Brasil na OIT*: Brasil continua na lista suja e terá que dar explicações a peritos sobre reforma trabalhista. 2018. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26571-caso-brasil-na-oit-brasil-continua-na-lista-suja-e-tera-de-dar-explicacoes-a-oit-sobre-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

iniciadas ou consolidadas na vigência da lei revogada, ou seja, não se aplica aos processos iniciados antes de 11/11/2017, data em que a Lei n. 13.467/2017 entrou em vigor. Ademais, a Reforma está sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF)³, em 21 ações diretas de inconstitucionalidade.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)⁴, por sua vez, organizou a 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, com a participação de magistrados, procuradores do trabalho, auditores fiscais do trabalho, advogados trabalhistas e pesquisadores e dedicou o evento ao debate da interpretação da Lei n. 13.467/2017, no qual se constituíram enunciados com objetivo de nortear a interpretação e aplicação da referida lei.

Na mesma toada, a academia vem se esforçando para compreender as inovações trazidas ao mundo do Trabalho, apesar de que ainda não há um grande número de publicações sobre a Reforma, foi possível localizar somente 493 resultados de artigos científicos no portal “<https://scholar.google.com/>” para a busca aos termos “reforma trabalhista 13.467”, desde 2017 (consulta em 29/04/2018), o que reflete um baixo número de publicações, tendo em vista que o próprio entendimento jurisprudencial passará ainda por um período de consolidação.

A Constituição federal trouxe objetivos e diretrizes, além de fundamentos, Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos Sociais, os quais assevera e protege.

Dentre tais Direitos Fundamentais, há dois os quais se buscará alcançar com certa frequência na presente pesquisa: o da assistência judicial integral e gratuita, aos pobres no sentido da lei, consoante art. 5º, LXXIV, e do acesso à justiça, cravado no art. 5º, XXXV, ambos da Magna Carta.

Funda-se, pois, o Estado Democrático de Direito, conforme Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado (2017, p. 25), tendo por base o tripé: (a) a pessoa humana, com sua dignidade, (b) a sociedade civil – na qual se insere o mercado – e (c) a sociedade política, ambas democráticas e inclusivas.

³ Dentre as 21 ações diretas de inconstitucionalidade, por meio da ADI 5.766, a PGR questiona dispositivos da Reforma Trabalhista que afetam a gratuidade de justiça. A referida ADI já foi pautada e votaram os ministros Luis Roberto Barroso, relator, e Edson Fachin, em 10 de maio de 2018, mas se encontra suspensa por pedido de vista do ministro Luiz Fux.

⁴ Os magistrados debateram a Reforma Trabalhista na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, na qual foram apresentadas propostas de interpretação da nova lei em oito grupos temáticos, nos quais foram aprovados enunciados para servir como base de apoio para a reflexão sobre as mudanças trazidas e parâmetro hermenêutico para a análise da nova legislação.

A diretriz constitucional, desse modo, não foi em sentido outro senão o da própria OIT, que afirma, em sua Convenção sobre Política Social (Objetivos e Normas Básicas) de 1962, a Convenção 117, ratificada pelo Brasil e vigente desde 1970, que “qualquer política deve visar principalmente ao bem-estar e ao desenvolvimento da população, bem como à promoção de suas aspirações de progresso social” (art. I, 1).

Sendo assim, os Estados-membros da OIT que ratificaram a Convenção 117, dentre os quais o Brasil, aderem ao entendimento de que o desenvolvimento econômico deve servir de base ao progresso social.

Corroborando com este entendimento, a Constituição brasileira vigente afirma, desde seu art. 1º, os valores sociais do trabalho como fundamentos da República, inclusive impondo o cumprimento da função social à propriedade e garantindo o acesso à justiça bem como assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Tomando a normativa constitucional como premissa, como questão central pretende-se investigar se as modificações trazidas pela Lei n. 13.467/2017, conhecida como “Reforma Trabalhista”, quanto ao pagamento de honorários periciais, honorários sucumbenciais e custas processuais por beneficiário da justiça gratuita no âmbito da Justiça do Trabalho podem ser consideradas ou não consentâneas com a assistência e o acesso previsto como direitos fundamentais, além da possível implicação no campo da denegação de justiça.

Assim sendo, o objetivo geral é analisar a constitucionalidade do pagamento por beneficiários da justiça gratuita de honorários periciais, conforme previsão do art. 790-B, caput, da CLT, de honorários sucumbenciais, conforme previsão do art. 791-A, § 4º, da CLT, e de custas processuais, conforme art. 844, §§ 2º e 3º – redação dada pela Lei n. 13.467/2017.

Tendo por finalidade examinar com maior profundidade o tema, é objetivo específico apresentar o antes e o depois do regramento trabalhista no tocante ao benefício da justiça gratuita, de forma geral. Além disso, pretende-se verificar aspectos de constitucionalidade especificamente quanto à cobrança de honorários periciais, honorários sucumbenciais e custas processuais a beneficiários da justiça gratuita, bem como suas implicações no tocante ao acesso à justiça, tendo por base

a análise da ADI 5.766, bem como os votos já pronunciados pelos ministros do STF nesta ADI e as contribuições dos *amici curiae*, além de análise bibliográfica.

Para melhor compreensão do tema em tela, a estratégia de pesquisa utilizada consistirá na análise dos itens da Lei n. 13.647/2017 que alteraram a sistemática da gratuidade de justiça na Justiça do Trabalho, bem como a análise do julgamento da ADI 5.766, ainda em andamento no STF, com apoio da doutrina jurídica desta temática.

Essa estratégia foi escolhida com o objetivo de introduzir o leitor da pesquisa às alterações trazidas pela Reforma Trabalhista, o que facilitará, na sequência, a análise crítica de tais itens quanto sua adequação constitucional, em debate na corte constitucional brasileira.

O presente trabalho se organizará em dois capítulos, além desta introdução e uma conclusão. O capítulo primeiro buscará apresentar as alterações à CLT advindas da Lei n. 13.467/2017 no tocante à gratuidade de justiça, situando o leitor ao contexto legal brasileiro na temática em análise. O segundo capítulo fará análise crítica do julgamento da ADI 5.766, no STF, apresentando os argumentos da PGR, os votos já pronunciados, a contribuição dos *amici curiae* e a posição doutrinária quanto à gratuidade de justiça e suas implicações no acesso à justiça, buscando facilitar uma resposta no capítulo de conclusão ao objetivo geral da pesquisa que deu azo ao presente trabalho.

1. AS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS PELA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO ÂMBITO DA JUSTIÇA GRATUITA

Para melhor compreensão da nova sistemática da CLT quanto à gratuidade de justiça, se apresentará cada mudança ocorrida nesse tema, realizando uma comparação com a sistemática antiga e com o atual regramento civilista.

O item 1.1 exporá a alteração do requisito para concessão da gratuidade de justiça – por motivo da alteração do § 3º do art. 790 da CLT.

O item 1.2 tratará das mudanças relativas ao pagamento de honorários periciais por beneficiário da gratuidade de justiça, conforme nova redação do caput do art. 790-B da CLT, bem como dos parágrafos incluídos.

O item 1.3, por sua vez, tratará sobre a inclusão do art. 791-A da CLT e de seus parágrafos, que tratam dos honorários de sucumbência.

Finalmente, o item 1.4 trará a inclusão dos §§ 2º e 3º do art. 844 da CLT, que se referem ao pagamento de custas processuais por beneficiários da gratuidade de justiça.

1.1 Requisito para concessão da gratuidade de justiça – Alteração do § 3º do art. 790 da CLT

A Reforma Trabalhista, Lei n. 13.467/2017, dentre outras mudanças, quanto à gratuidade de justiça, alterou o § 3º do art. 790 da CLT, que afirmava, antes da dita Reforma, fazer jus ao benefício processual aqueles que percebessem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declarassem, sob as penas da lei, que não estivessem em condições de pagar os custos do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

A nova redação alterou o requisito do valor em dobro do mínimo legal – que passou a ser 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – e retirou a hipótese de declaração de hipossuficiência. Veja-se, pois, quadro comparativo da alteração do § 3º do art. 790 da CLT:

Quadro 1 – Alteração do § 3º do art. 790 da CLT

Antiga redação	Nova Redação
É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.	É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. ⁵

Fonte: elaboração própria.

Analisando tal supressão legal, é possível identificar aparente desígnio dos articuladores da alteração legislativa em estreitar o acesso à gratuidade de justiça, já que a autodeclaração de hipossuficiência era prática recorrente no processo trabalhista à pessoa natural e consolidada pelo enunciado da Súmula 463⁶ do TST, no inciso I:

A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015);

No Processo Civil, traçando-se um paralelo, verifica-se, conforme CPC de 2015, art. 99, § 3º, que, diferentemente do novo regramento processual trabalhista, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por

⁵ O limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social em 2018, conforme Portaria nº 15, de 16 de janeiro de 2018, do Ministério da Fazenda, é de R\$ 5.645,80. Dessa forma, o valor previsto de 40% desse teto (R\$ 2.258,32) como requisito da CLT para concessão da gratuidade de justiça seria maior se comparado ao antigo texto que previa o dobro do salário mínimo como requisito, considerando que tal valor seria correspondente a R\$ 1.904,00, em 2018. Ou seja, nesse ponto apenas se alterou a base de cálculo, a despeito da retirada da autodeclaração de hipossuficiência.

⁶ A Súmula 463 tem origem na conversão da Orientação Jurisprudencial n. 304 da SBDI-1, com alterações decorrentes do CPC de 2015, que possuía a seguinte redação “Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50).”.

pessoa natural para fins de concessão de justiça gratuita. Recorde-se que o direito processual comum é fonte subsidiária do processo trabalhista, o que pode provocar, aliás, debates sobre a sua aplicação neste caso de omissão legislativa no presente dispositivo do texto reformado – a despeito de a possível omissão haver sido de forma proposital.

Segundo Campos (2018, p. 35), em números do IPEA, 22,4% dos trabalhadores brasileiros (ou 19,4 milhões) perderão a possibilidade, com este novo regramento baseado somente no percentual de 40% do limite do RGPS, de demandar na Justiça do Trabalho por meio da justiça gratuita, ao passo que 77,6% (67,3 milhões) manterão esta possibilidade.

Nessa toada e a despeito da IN 41/2018 do TST, já se observa aplicações exóticas do texto reformado, como é exemplo julgado⁷ de 27 de novembro de 2017, protocolado antes do início da vigência da nova lei trabalhista, da 2ª Vara do Trabalho de Volta Redonda, em que atua no polo passivo Itaú Unibanco S.A.. No referido julgado, o magistrado indeferiu o pedido de gratuidade de justiça da reclamante, desprezando a declaração de pobreza. Neste ponto, portanto, já se leva a cabo o texto reformado do § 3º do art. 790 da CLT. Além disso, o magistrado elevou o valor da causa de R\$ 40.000,00 para R\$ 500.000,00 e, com base neste novo valor, condenou a reclamante ao pagamento de R\$ 67.500,00 e o reclamado em R\$ 7.500,00, ambos a título de honorários sucumbenciais.

Dessa maneira, como no exemplo do caso concreto, conclui-se que a norma alterada, já na concessão do benefício, se mostra restritiva do direito à gratuidade de justiça, inclusive de forma mais gravosa que no regramento civilista. Tal restrição afetará, conforme os dados apresentados, parcela considerável dos trabalhadores. Isso porque, a despeito de parte dos trabalhadores auferir com seu trabalho mais de 40% do teto do RGPS, isto é, em números atuais mais que R\$ 2.258,32 por mês, aqueles que não tiverem condições de arcar com as despesas inerentes ao processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família serão afetados ou até tolhidos em seu direito ao acesso à justiça. Demonstra esta restrição pelo valor

⁷ CONJUR. *Juiz usa reformar trabalhista para condenar empregado em ação anterior à Lei. 2018.* Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-14/juiz-usa-reforma-condenar-trabalhador-acao-anterior-lei>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

estipulado, o fato de o DIEESE⁸, em maio de 2018, considerar que o salário mínimo necessário para atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e a de sua família (conforme art. 7º, IV, da Constituição) com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social seria de R\$ 3.747,10, ou seja, mais de 65% a mais que o valor estipulado como limítrofe para concessão da gratuidade pela regra reformista.

1.2 Honorários periciais – Alteração do caput do art. 790-B da CLT e inclusão de parágrafos

Ainda quanto à justiça gratuita, a Reforma alterou o Artigo 790-B e incluiu quatro parágrafos. Veja-se:

Quadro 2 – Alteração do caput do art. 790-B da CLT e inclusão de parágrafos.

Antiga redação	Nova Redação
A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita	A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita. § 1º Ao fixar o valor dos honorários periciais, o juízo deverá respeitar o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. § 2º O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais. § 3º O juízo não poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias. § 4º Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no caput, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo.

Fonte: elaboração própria.

⁸ DIEESE. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. 2018. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

O dispositivo trata sobre a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais.

Atente-se para o fato de que o caput do referido artigo atribui a responsabilidade pelo pagamento de honorários periciais à parte sucumbente ainda que beneficiária da justiça gratuita, diferentemente da antiga redação em que a verba era devida ao sucumbente salvo se este fosse beneficiário da gratuidade de justiça.

Ora, conforme ensina Mauro Schiavi (2016, p. 392) e em sentido oposto ao texto reformista:

A Justiça gratuita é o direito à gratuidade de taxas judiciárias, custas, emolumentos, honorários de perito, despesas com editais, etc. Não terá a parte direito a advogado do Estado, mas não pagará as despesas do processo.

Além disso, o § 4º afirma que a responsabilidade trazida no caput somente deixará de ser paga se o sucumbente, beneficiário da gratuidade de justiça, não tiver obtido créditos “capazes de suportar a despesa” no processo em análise ou em outro processo.

De acordo com o estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSTJ), no art. 3º da Resolução 66, de 2010, em caso de concessão do benefício da justiça gratuita, os honorários periciais limitar-se-ão ao valor de R\$ 1.000,00, valor passível de atualização que, conforme o § 3º do novo art. 790-B da CLT, não pode ser antecipado.

A vedação à antecipação do pagamento de honorários periciais, inclusive, se trata de inovação que altera o antigo entendimento do TST⁹, que concedia a faculdade ao juízo de decidir depósito prévio ou não, ressalvando somente as lides decorrentes da relação de emprego.

No âmbito do Processo Civil, no CPC de 2015, em sentido oposto à redação reformista, as custas periciais são gratuitas ao legalmente pobre, consoante IV do § 3º do Artigo 99.

⁹ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. *Instrução Normativa n. 27*, de 16 de fevereiro de 2005. Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 jul. 2005. Seção 1, p. 116. Republicação 1. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/3978>>.

Na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, os magistrados trabalhistas ali reunidos bem como os demais participantes do evento entenderam como horizonte interpretativo, também contrariamente ao texto reformado, ser inconstitucional a previsão de utilização dos créditos judiciais trabalhistas para pagamento de honorários advocatícios ou periciais (art. 791-A, § 4º, e art. 790-B, § 4º, ambos da CLT), conforme enunciado 100, da Comissão 7, que analisava “Acesso à justiça e justiça gratuita. Honorários advocatícios. Honorários periciais. Litigância de má-fé e dano processual.”, por ferir direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e integral, bem como à proteção ao salário, conforme Constituição federal no art. 5º, LXXIV, e art. 7º, X.

Quanto à negativa de possibilidade de adiantamento de valores para realização das perícias, conforme § 3º do art. 790-B da CLT, a Comissão 7 da 2ª Jornada entendeu que a aplicação do § 2º do art. 2º da Resolução CSJT 66/2010¹⁰ é compatível com a nova sistemática da CLT ao permitir que o perito seja remunerado com recursos próprios da União, ainda que na fase instrutória do processo. No caso de beneficiário da justiça gratuita, no enunciado 101 da 2ª Jornada, a Comissão entendeu o seguinte:

A União pagará o valor remanescente ao perito, devidamente atualizado, nos termos do Art. 5º, Parágrafo Único, da Resolução 66/2010, sendo aplicáveis apenas as normas dos Tribunais Regionais que apresentem condição mais favorável à efetividade do processo.

No caso de pagamento antecipado do perito com recursos próprios da empresa ainda na fase instrutória do processo, sendo o autor beneficiário da gratuidade de justiça, a União fará a restituição integral dos valores antecipados pela empresa, após o trânsito em julgado da decisão, no limite do previsto na Resolução 66/2010 da CSJT, sub-rogando-a nos créditos do perito em face da União.

Da análise das alterações do caput do art. 790-B da CLT e da inclusão de seus parágrafos, depreende-se que os articuladores da alteração intentaram impor

¹⁰ O § 2º, do art. 2º, da Resolução 66, do CSJT, de 10 de junho de 2010 afirma que “O pagamento dos honorários poderá ser antecipado, para despesas iniciais, em valor máximo equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), efetuando-se o pagamento do saldo remanescente após o trânsito em julgado da decisão, se a parte for beneficiária de justiça gratuita.”

ao trabalhador hipossuficiente a despesa processual relativa aos honorários periciais, mais uma vez, limitando a possibilidade de arguição perante o judiciário de ofensas a direito, neste caso, relativos à saúde e segurança do trabalho, que é quando se faz necessária a constituição de prova por meio de perícia.

1.3 Honorários sucumbenciais – Inclusão à CLT do art. 791-A e parágrafos

Ainda no que concerne à gratuidade de justiça, se verificou a inclusão do art. 791-A, com seus cinco parágrafos. Veja-se o item com seus parágrafos, que não possuem correlatos na redação anterior:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

§ 2º Ao fixar os honorários, o juízo observará:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrarará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

§ 5º São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

A norma dispõe sobre os honorários de sucumbência devidos ao advogado.

A jurisprudência uniformizada¹¹ anterior à lei reformista, assentada na súmula 219 do TST, entendia que, na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorreria simplesmente da sucumbência, devendo a parte, além disso, concomitantemente: (a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; (b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

Ou seja, com o caput do art. 791-A, retira-se a necessidade da assistência por sindicato para cobrança de honorários sucumbenciais, inclusive em caso de sucumbência recíproca (vide § 3º).

Além disso, atente-se para o fato de que, no § 4º deste artigo, a inovação legal acrescenta à CLT a exigência de pagamento dos valores decorrentes da sucumbência caso o beneficiário da gratuidade de justiça tenha obtido em juízo, no mesmo ou em outro processo, créditos suficientes para arcar com a despesa. Fica, ainda, passível da obrigação deste pagamento pelos próximos dois anos após o trânsito em julgado da decisão se deixar de existir a situação de insuficiência que justificou a concessão da gratuidade, como ensina Schiavi (2017, p.13).

Nesse caso, sobre o tema na esfera civil, o CPC já tratava de maneira similar ao atual regramento trabalhista no § 2º do art. 98, ao afirmar que “a concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência”.

Porém o CPC oferece diferença crucial ao manter sob condição suspensiva de exigibilidade as obrigações decorrentes da sucumbência, até que, no prazo de cinco anos do trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstre que deixou de existir a insuficiência de recursos que deu causa à gratuidade de justiça, consoante § 3º do mesmo artigo. Ao passo que, contrariamente à redação processual civilista, a nova redação da CLT afirma que, mesmo em se mantendo a condição de miséria que justificou a gratuidade de justiça, o beneficiário desta

¹¹ O referido entendimento, da Súmula 219, da SBDI-1, do TST, se deve ao Caput do Artigo 16, da Lei 5.594/1970, o qual afirma que “Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente.”

proteção deve arcar com os honorários de sucumbência caso tenha obtido, ainda que em outro processo, créditos capazes de “suportar” a despesa.

Existe, ainda, quanto ao tema, controvérsia quanto à aplicabilidade da norma aos processos já em curso.

A Comissão 7 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizado pela Anamatra, em seu primeiro enunciado, de número 98, no entanto, entende que somente poderia ser imposta a condenação à verba sucumbencial nos processos iniciados após a vigência da Reforma, em vista da garantia da não surpresa e do princípio da não causalidade. Veja-se:

Em razão da natureza híbrida das normas que regem honorários advocatícios (material e processual) a condenação à verba sucumbencial só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, haja vista a garantia da não surpresa, bem como em razão do princípio da não causalidade, uma vez que a expectativa de custos e riscos é aferida no momento da propositura da ação.

O enunciado 100 da Comissão 7 da 2ª Jornada vai além e, conforme já exposto, afirma ser inconstitucional a previsão de utilização dos créditos judiciais trabalhistas para pagamento de honorários advocatícios ou periciais (art. 791-A, § 4º, e art. 790-B, § 4º, ambos da CLT), por ferir direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e integral, bem como à proteção ao salário, conforme Constituição federal, art. 5º, LXXIV, e art. 7º, X.

A despeito deste entendimento da 2ª Jornada, que serviria de parâmetro hermenêutico para a nova legislação, já é possível localizar sentenças as quais o reclamante, declaradamente pobre, é condenado ao pagamento de honorários sucumbenciais.

Exemplo de decisão em sentido contrário ao entendimento da 2ª Jornada, a despeito da IN 41/2018 do TST, seria julgado¹² de 7 de fevereiro de 2018, protocolado antes do início da vigência da nova legislação trabalhista, em que atua no polo passivo M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA e BRQUALY

¹² MIGALHAS. *Reclamante é condenado a pagar mais de R\$ 700 mil de sucumbência*. 2018. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI275538,11049-Reclamante+e+condenado+a+pagar+mais+de+R+700+mil+de+sucumbencia>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. Neste julgado, declaração de hipossuficiência foi validada, sendo deferido o benefício da justiça gratuita ao reclamante. Mesmo o reclamante tendo sido considerado legalmente pobre e a reclamação haver sido protocolada antes do início da vigência da Lei n. 13.467/2017, o magistrado condenou o reclamante ao pagamento de honorários sucumbenciais em valor que totalizou mais de R\$ 700.000,00, correspondente a 5% do valor da causa. Percebe-se, pois, a aplicação do § 4º do art. 791-B da CLT, isto é, a pesar de se manter a condição de miserabilidade que deu causa à concessão do benefício da gratuidade de justiça, o reclamante terá de arcar com esta despesa processual em valor elevadíssimo, não obstante a normativa constitucional garantindo a gratuidade e o acesso à jurisdição.

Desse modo, novamente fica evidenciada a motivação dos que promoveram a alteração legal no sentido de obstar o acesso do trabalhador pobre à jurisdição, utilizando-se, neste caso, da cobrança de honorários sucumbenciais a este trabalhador.

1.4 Custas processuais – Inclusão à CLT dos §§ 2º e 3º do art. 844

Finalmente, ainda no âmbito da gratuidade de justiça após a Reforma, ao art. 844 da CLT, acrescentou-se o § 2º, sobre o não comparecimento à audiência:

§ 2º Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consolidação, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.

O referido parágrafo determina que o beneficiário da justiça gratuita que faltar à audiência de julgamento poderá ser condenado ao pagamento de custas processuais, caso não comprove motivo “legalmente justificável” para a ausência.

O texto reformista acrescentou, ainda, o § 3º, que impõe o pagamento das custas a que se refere o § 2º como condição para propositura de nova ação. Ou seja, o beneficiário da gratuidade de justiça, em caso de ausência não justificada à

audiência, haverá de pagar as custas processuais, caso contrário, ficará impedido de propor nova demanda. Retira-se, pois, a possibilidade antes prevista no parágrafo único de suspensão do julgamento com designação de nova audiência. Sobre esse ponto, Schiavi (2017, p. 20):

De nossa parte, embora o dispositivo tenha intenção de moralizar o processo do trabalho e inibir extinções prematuras do processo, exigir o recolhimento das custas como condição de ingresso de nova ação, caso o autor seja beneficiário de Justiça gratuita, viola o princípio do constitucional de acesso à justiça (artigo 5º, XXXV, da CF).

Diversamente, o código de processo civilista dá tratamento menos gravoso ao pobre, uma vez que não impõe, em seu art. 90, o pagamento das custas processuais quando da extinção do processo sem resolução de mérito ao beneficiário da gratuidade de justiça.

A Comissão 7, conforme enunciado 103, da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, entendeu que o dispositivo que cobra custas por processo arquivado como pressuposto de novo ajuizamento viola o princípio de acesso à justiça, motivo pelo qual os §§ 2º e 3º do art. 844, da CLT, seriam inconstitucionais. O referido enunciado ainda afirma, nessa toada, que “o princípio do acesso à justiça é uma das razões da própria existência da justiça do trabalho, o que impede a aplicação dessas regras, inclusive sob pena de esvaziar o conceito de gratuidade de justiça”.

Nesse caso, bem como nas demais alterações aqui apresentadas, verifica-se limitação ao acesso à justiça pelo trabalhador pobre. Isso porque o texto reformista primeiramente impõe o pagamento de custas processuais a trabalhador hipossuficiente e, em seguida, coloca este pagamento como condição para o ingresso com nova demanda, ou seja, impede o trabalhador pobre de acessar à jurisdição a menos que arque com valores que, pela condição de miserabilidade, em tese não possui.

Apresentadas as principais mudanças trazidas pela Reforma Trabalhista no concernente ao benefício da justiça gratuita, se passará a analisá-las, especialmente quanto ao disposto no art. 790-B, caput e § 4º, no art. 791-A, § 4º, e no art. 844, §§

2º e 3º, todos introduzidos à CLT pela Lei n. 13.467/2017, à luz da Constituição federal.

2. A ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DA COBRANÇA A BENEFICIÁRIOS DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA DE HONORÁRIOS PERICIAIS, HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E CUSTAS PROCESSUAIS EM ÂMBITO TRABALHISTA

O presente capítulo visa verificar a adequação constitucional do texto reformista no tocante à cobrança a beneficiários da gratuidade de justiça de honorários periciais, honorários sucumbenciais e custas processuais. Para tanto, inicialmente, no item 2.1, verificará o fundamento legal e constitucional da gratuidade de justiça no Brasil. Em seguida, realizará análise crítica do julgamento da ADI 5.766, verificando os fundamentos da ação, no item 2.2, e analisando as contribuições dos *amici curiae*, o voto do ministro relator Luis Roberto Barroso e o voto divergente do ministro Edson Fachin, no item 2.3.

2.1 O fundamento legal e constitucional da gratuidade de justiça

Considerando que o presente capítulo possui por objetivo analisar, à luz da Constituição de 1988, o pagamento de verbas periciais e sucumbenciais, além das custas processuais, por beneficiários da gratuidade de justiça, conforme previsto nas inovações resultadas da Lei n. 13.467/2017, já avocadas no capítulo anterior, torna-se essencial, *a priori*, a análise do próprio fundamento da gratuidade de justiça pela legislação brasileira e trabalhista.

Nesse sentido, a Lei n. 5.584/1970, que dispõe sobre normas processuais do trabalho, firma no § 1º, em seu art. 14¹³, ser devida a assistência gratuita se provado que a situação econômica do reclamante não o permite demandar sem que tenha prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

¹³ O § 1º do art. 14 da Lei n. 5.584/1970 dispõe *in verbis* que “A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.”.

Aliás, em mesmo sentido é o enunciado do § 4º do art. 790 da CLT, que afirma que a parte que comprovar insuficiência de recursos para pagamento das custas do processo faz jus à gratuidade de justiça.

A legislação processual civil, por sua vez, assevera ainda que se presume verdadeira a mera alegação de insuficiência de recursos por pessoa natural, consoante § 3º do art. 99 do CPC.

Depreende-se, pois, do eixo legal brasileiro, que, uma vez concedido o benefício da gratuidade de justiça, este deferimento tem por significado que o beneficiário ou (i) se enquadra no limite legal – atualmente de 40% do teto do RGPS, consoante texto reformista – ou (ii) que sua situação econômica, apesar de acima deste teto, não o permite demandar sem que tenha prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Em ambas as hipóteses, o sujeito legalmente pobre detentor do direito a ser reclamado ficaria tolhido do acesso à jurisdição caso tivesse que arcar com suas custas.

Visando mitigar esta situação, em um esforço constituinte de implementar um Estado Democrático de Direito, no inciso LXXIV do art. 5º, o legislador constitucional garantiu a estes, que comprovam insuficiência de recursos para arcar com os custos e os riscos do processo, assistência jurídica integral e gratuita. Até porque, caso contrário, obstar-se-ia a efetivação do disposto do inciso XXXV, do mesmo artigo, que garante a inafastabilidade da tutela jurisdicional por parte do Estado por lesão ou ameaça a direito. Nas palavras de ROCHA (1993, p. 35):

O direito à jurisdição é o direito público subjetivo constitucionalmente assegurado ao cidadão de exigir do Estado a prestação daquela atividade. A jurisdição é, então, de uma parte, direito fundamental do cidadão, e, outra, dever do Estado.

Ocorre que, conforme art. 790-B, caput, e art. 791-A, § 4º, implementados pela Reforma Trabalhista de 2017, mesmo a parte processual, a que se consignou em juízo ser incapaz de arcar com as despesas do processo e, portanto, fazer jus ao benefício da justiça gratuita, haverá de suportar este custo. Da mesma maneira, no caso do art. 844, §§ 2º e 3º, o trabalhador legalmente pobre haveria de pagar as custas processuais no caso de ausência à audiência e este pagamento seria

requisito para a reclamação de nova demanda trabalhista por parte deste trabalhador.

Aliás, importante salientar a natureza alimentar de verbas trabalhistas, conforme consolidado na Constituição, no § 1º, do art. 100, donde se garante, inclusive, preferência sobre todos os demais débitos.

Nesse sentido, o Ministério Público Federal, em 24 de agosto de 2017, propôs ação direta de inconstitucionalidade, que esta pesquisa passará a analisar, perante o STF, visando declarar inconstitucionais os referidos dispositivos da Reforma Trabalhista.

2.2 ADI 5.766 – Análise dos fundamentos da ação

A ADI 5.766, de autoria da Procuradoria Geral da República, foi firmada pelo então Procurador-Geral da República Rodrigo Janot e a relatoria ficou a cargo do ministro Luis Roberto Barroso. A referida ADI teve seu julgamento iniciado em 9 de maio de 2018 e, no dia seguinte, 10 de maio, foi suspensa por pedido de vista do ministro Luiz Fux, após o voto do Relator, que julgou parcialmente procedente a Ação, e o voto do ministro Edson Fachin, que a julgou integralmente procedente.

A ADI tem por objeto alterações impostas pela Lei 13.467/2017 e visa a declaração de inconstitucionalidade do art. 790-B, caput e § 4º, do art. 791-A, § 4º e do art. 844, § 2º.

A Ação aponta violações constitucionais:

- a. À dignidade da pessoa humana – art. 1º, III;
- b. Ao fundamento da República dos valores sociais do trabalho – art. 1º, IV;
- c. Ao objetivo da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária – art. 3º, I;
- d. Ao objetivo da República de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais – art. 3º, III;
- e. À garantia à jurisdição estatal por lesão ou ameaça a direito – art. 5º, XXXV; e
- f. À prestação por parte do Estado de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos – art. 5º, LXXIV.

Em seus fundamentos, a Procuradoria aponta inconstitucionalidade quanto aos textos reformistas do art. 790-B, caput e § 4º, e do art. 791-A, § 4º, por, ao imputarem os honorários periciais e advocatícios aos reconhecidamente pobres, desconsiderarem “a condição de insuficiência de recursos que justificou o benefício” (p.13).

Isso porque as disposições dos referidos artigos colidiriam com a necessária prestação de assistência jurídica gratuita, conforme art. 5º, LXXIV, da Carta Magna, posto que não restaria afastada a condição de pobreza que justificou o benefício, condição esta definida pelo art. 14, § 1º, da Lei 5.584/1970, como já tratado no item 3.1, deste trabalho.

Agrava este entendimento o fato de a norma reformista atacar direitos laborais relacionados à saúde e segurança do trabalho, cuja apuração judicial depende de perícia.

Este, aliás, é o entendimento de Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado (2017, p. 327), quanto ao art. 790-B da CLT:

A análise desse preceito, segundo já explicitado, evidencia o seu manifesto desapeço ao direito e garantia constitucionais da justiça gratuita (art. 5º, LXXIV, CF) e, por decorrência, ao princípio constitucional do amplo acesso à jurisdição (art. 5º, XXXV, CF). Se não bastasse, desconsidera as proteções e prioridades que o ordenamento jurídico confere às verbas de natureza trabalhista, por sua natureza alimentar, submetendo-as a outros créditos emergentes no processo.

Em mesmo sentido, os mesmos doutrinadores (2017, p. 329), quanto ao art. 791-A da CLT, entendem que:

É que o conjunto normativo constante do art. 791-A, caput e §§ 1º até 5º, da CLT – se lido em sua literalidade -, pode inviabilizar o direito e a garantia constitucionais fundamentais constitucionais da justiça gratuita (art.5º, XXXV, CF) [sic] e o direito, garantia e princípio constitucionais fundamentais do amplo acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CF) relativamente à grande maioria das pessoas físicas dos trabalhadores do País. Isso em decorrência dos elevados riscos econômico-financeiros que passam a envolver o processo judicial trabalhista, particularmente para as pessoas destituídas de significativas (ou nenhuma) renda e riqueza.

Quanto às custas processuais, previstas no art. 844, § 2º, também se violaria a garantia da gratuidade de justiça aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Na ADI (p. 20), o Ministério Público Federal afirmou que a imposição ao beneficiário da gratuidade de custas processuais em razão de arquivamento decorrente de ausência à audiência inicial, inclusive como condição a propositura de nova demanda, consoante previsto no § 3º do mesmo artigo, desprezaria a condição de pobreza declarada, o que seria, também, ofensa ao inciso LXXIV do art. 5º da Constituição.

Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado (2017, p. 344), em mesmo sentido, entendem que o dispositivo ataca garantias fundamentais asseguradas pela Constituição. Isso porque o § 2º do art. 844 da CLT impõe pagamento a beneficiário da gratuidade de justiça – que está constitucionalmente protegido desta cobrança – e o § 3º do mesmo artigo impõe este pagamento como condição para nova propositura, o que nega o acesso à jurisdição a estes seres humanos pobres.

Dessa forma, o impedimento ao legalmente pobre de acesso à jurisdição estatal – já que somente o poderia fazer se arcasse com as custas processuais, no caso dos §§ 2º e 3º do Artigo 844 da CLT – afrontaria, inclusive, o item 1¹⁴, do art. 14 do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, bem como do item 1¹⁵, art. 8º, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, que asseveram ser direito humano o acesso à jurisdição por um tribunal competente.

Tais tratados internacionais, aliás, desde o julgamento em 2008 do RE 466.343-SP, pelo STF, possuem *status* de supralegalidade, ou seja, a despeito de não serem consideradas normas constitucionais¹⁶ – já que não aprovadas por

¹⁴ “Todas as pessoas são iguais perante os tribunais. Toda a pessoa terá direito a ser ouvida publicamente e com as devidas garantias por um tribunal competente, segundo a lei, independente e imparcial, na determinação dos fundamentos de qualquer acusação de carácter penal contra ela formulada ou para a determinação dos seus direitos ou obrigações de carácter civil.”

¹⁵ “Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”

¹⁶ Não obstante o entendimento do STF quanto à hierarquia dos tratados internacionais que versem sobre direitos humanos serem supralegais ainda que infraconstitucionais, parte da doutrina entende

maioria qualificada no parlamento – estão acima do texto legal. Ou seja, os referidos tratados estariam acima, por exemplo, da CLT ou da lei que a alterou.

A ADI 5.766, ainda quanto à obrigatoriedade do pagamento custas processuais por beneficiários da gratuidade de justiça em âmbito trabalhista, entendeu que o texto reformista seria incompatível com o princípio da proporcionalidade, além de configurar desvio de finalidade legislativa e possuir repercussões restritivas quanto ao princípio da isonomia.

Isso porque, conforme a justificativa do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei 6787/2016, da Câmara dos Deputados, a finalidade do § 2º, do art. 844, seria “desestimular a litigância descompromissada” (p.13).

Ou seja, os condutores da Reforma visaram punir o beneficiário da gratuidade de justiça pelo que chamou de “litigância descompromissada”.

A despeito disto, o art. 793-B, inserido pela Reforma, apresenta um rol taxativo de motivos os quais considera má-fé do litigante. Este litigante de má-fé responderia por perdas e danos, conforme art. 793-A, na forma prevista pelo art. 793-C da CLT e, ainda, no caso de dois arquivamentos seguidos, o demandante incorreria na pena de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho, conforme art. 732, anterior à Reforma. Assim afirma Schiavi (2017, p. 15) “A pena por litigância de má-fé é a sanção, prevista na lei processual, que tem a finalidade de inibir (prevenir) e reprimir os atos do litigante de má-fé.”.

Isto é, o próprio legislador já determinara a medida de caráter sancionatória para coibir a chamada “litigância descompromissada”, o que manifesta o desvio de finalidade legislativa quanto ao disposto no § 2º, do art. 844, uma vez que o legislador utilizou-se de artifício para atingir fim diverso ao do que deveria.

Ademais, a ausência do demandante pobre à audiência seria muito mais gravosa que aos demais trabalhadores, já que, diferentemente destes, aquele não poderia arcar com as custas do processo. Tal situação geraria, pois, um

que “os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo Brasil já têm *status* de norma constitucional, em virtude do disposto no § 2º do art. 5º da Constituição” (MAZZUOLI, p. 768).

desequilíbrio processual, sendo o hipossuficiente o mais apenado, tendo em vista que ficaria limitado em seu direito à jurisdição.

Isto posto, Rocha (1993, p. 42) alerta que, uma vez ameaçado o acesso à justiça, todas as demais garantias constitucionais estariam em risco por conta do limbo criado pela ausência de controle jurisdicional.

Em virtude disto, a Procuradoria defende (p. 21) que a intensidade da punição ao litigante pobre é desproporcionalmente gravosa, além de anti-isonômica.

Em seguida, a ADI (p. 25) argumenta que a investida contra a gratuidade de justiça verificada nas inovações do texto reformista ameaça o mínimo existencial do trabalhador.

O mínimo existencial, na concepção do ministro Marco Aurélio¹⁷, seria um grupo de prestações essenciais básicas que é direito subjetivo de natureza pública e, por isso, se deve fornecer ao ser humano para que este consiga sobreviver.

Nessa toada, afirma Torres (1990, p. 70):

O mínimo existencial é direito protegido negativamente contra a intervenção do Estado e, ao mesmo tempo, garantido positivamente pelas prestações estatais. Diz-se, pois, que é direito de *status negativus* e de *status positivus*, sendo certo que não raro se convertem uma na outra ou se coimplicam mutuamente a proteção constitucional positiva e a negativa.

Por tal entendimento, a noção de mínimo existencial, que compreenderia, segundo Villas-Bôas (2007, p. 70), alguns elementos como “vida, saúde, identidade, alimentação regular, vestuário básico, moradia, nível basal de educação, direitos trabalhistas essenciais à não escravização, bem como o acesso à justiça apto a garantir isso”, deve ser protegida negativamente contra a ação ou omissão do Estado. Este entendimento, inclusive, é o do STF¹⁸, quando reconhece a inconstitucionalidade por omissão de comportamento estatal que frustre direitos fundamentais ligados à saúde, instalação de redes de esgoto, implantação de

¹⁷ STF. RE 567.985/MT. Rel. Min. MARCO AURÉLIO. DJe 194, 2 out. 2013.

¹⁸ A ADI 5.766 (p.27) lista diversos julgados com esse entendimento, dentre os quais, os seguintes: ADPF 45/DF, rel. Min. CELSO DE MELLO; ARE 727.864/PR, rel. Min. CELSO DE MELLO; RE 642.536/AP, rel. Min. LUIZ FUX; RE 745.745/MG, rel. Min. CELSO DE MELLO; ARE 581.352/AM, rel. Min. CELSO DE MELLO; ARE 949.214/RJ, rel. Min. EDSON FACHIN; RE 878.400/RS, rel. Min. LUIZ FUX; ARE 761.127/AP, rel. Min. ROBERTO BARROSO; ARE 723.578/RN, rel. Min. ROSA WEBER.

serviços de educação básica, segurança pública, dentre outros – todos eles, elementos do mínimo existencial.

Nessa toada, a ADI 5.766 argumenta que os créditos trabalhistas auferidos em demandas propostas por trabalhadores declarados pobres assumem “inegável caráter de mínimo existencial, como núcleo irredutível do princípio da dignidade humana (CR, art. 1º, III)” (p. 27).

Portanto, fazer incidir sobre os créditos trabalhistas de obreiros pobres honorários advocatícios, honorários sucumbenciais ou custas processuais – ou mesmo impor este pagamento como condição de acesso à jurisdição – seria macular o mínimo existencial deste trabalhador miserável, atentando diretamente contra o princípio da dignidade da pessoa humana e da isonomia, além do objetivo da República de construir uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Quanto ao princípio da Isonomia, a Procuradoria defende que o texto reformista o atinge em dois planos: no plano institucional e no plano das garantias processuais (p. 44).

No plano institucional, no atual texto legal, há maiores restrições à gratuidade de justiça na seara trabalhista que na cível. Isso porque, conforme § 3º do art. 98 do CPC, as obrigações decorrentes da sucumbência ao litigante legalmente pobre ficam em condição suspensiva até que se demonstre que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade. Por sua vez, no art. 790-B, caput e § 4º, e no art. 791-A, § 4º, ambos da CLT, se impõe o pagamento de honorários periciais e advocatícios sempre que o legalmente pobre auferir créditos no processo em questão ou em outro, sem a necessidade de se demonstrar que a condição de miserabilidade já esteja superada.

Nesse sentido, verifica-se que os juizados especiais recebem quase que o dobro, se comparado à justiça trabalhista, de novas demandas anualmente com direito à gratuidade de justiça em primeiro grau (ADI 5.766, p. 49), inclusive de Empresas de Pequeno Porte – cujo limite de faturamento anual é de R\$ 3,6 milhões.

No plano das garantias processuais, o desequilíbrio na paridade de armas entre trabalhador pobre e empregador, para assumir os riscos do processo, se apresenta em condição mais gravosa ao trabalhador pobre, já que este se submeterá às custas de honorários periciais e advocatícios, além das custas processuais em caso de ausência à audiência e, isto, como requisito para o ingresso

com nova reclamação. Ou seja, o texto reformista ataca a isonomia nesse ponto e impõe estreitamento ao direito do devido processo legal e da ampla defesa.

Em mesmo sentido, GIGLIO (2000, p. 67) afirma que a garantia à gratuidade de justiça aos trabalhadores pobres é mecanismo de proteção ao trabalhador, em vista do princípio da proteção processual, para a promoção da isonomia.

A ADI em análise argumenta (p. 52), também, que o acesso à jurisdição trabalhista é, ou deve ser, garantia institucional, conforme Mendes (2012, p. 474). Ou seja, o acesso à justiça é Direito Fundamental cuja realização depende de providências estatais de criação de órgãos judiciários e de medidas normativas processuais. Em vista disto, a PGR afirma (p. 53):

No plano da garantia de acesso à jurisdição, isso corresponde a poder exigir do legislador instituição de órgãos judiciários aptos a tutelar direitos fundamentais e edição de normas processuais adequadas à garantia de acesso pleno, igualitário e efetivo a essa tutela, com superação de barreiras, inclusive econômicas.

Isto é, trata-se de papel do Estado legislar em vista a adequar os institutos jurídicos necessários à tutela judicial efetiva de direitos fundamentais, dentre os quais o acesso à justiça do trabalho. Este, porém, não é o sentido do texto da Reforma em comento, como já demonstrado.

Ademais, considerando o objetivo da Lei em restringir os pedidos de perícia sem fundamentação, o número de ações e despesas administrativas, conforme relatório da comissão especial destinada a proferir parecer sobre o PL 6.787/2016 (p. 68 e 69), ou seja, restringir Direito Fundamental para perseguir resultado econômico, ataca-se os princípios da proporcionalidade, da proibição de excesso, além de figurar vício de finalidade e abuso de legalidade.

Isso porque, conforme jurisprudência do STF¹⁹, mesmo o argumento de “reserva do possível”, para a alocação de recursos ou implementação de políticas públicas, é afastado quando estes recursos visam coibir ofensa ao mínimo existencial, devendo, pois, o Estado legislar em sentido à observância das diretrizes fundamentais.

¹⁹ Entendimento, por exemplo, da ADPF 45/DF, rel. Min. CELSO DE MELLO, na qual se afirma a inoponibilidade do arbítrio estatal à efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais, bem como da intangibilidade do núcleo consubstanciador do “mínimo existencial”.

Além do que, com o fim de inibir demandas infundadas já existem meios de sanção à litigância de má fé, com forme o rol do art. 793-B da CLT, inserido pela Reforma.

Aliás, após implementar normativa em sentido similar, na direção da incidência de custas processuais ao trabalhador, a Suprema Corte do Reino Unido²⁰ concluiu que, após a implementação da medida que visava obrigar o pagamento de custas do processo por pessoas legalmente pobres daquela jurisdição, o número de demandas mal sucedidas aumentou, não havendo base para concluir que apenas demandas mais consistentes estejam sendo propostas. Verificou-se, ainda, que a medida somente afasta a jurisdição deste litigante miserável, sem que se evite demandas infundadas.

Todos estes seriam motivos suficientes para demonstrar, portanto, a inadequação dos itens impugnados à Constituição vigente, conforme a Procuradoria e a doutrina revisada. A análise dos argumentos postos foi feita pelo ministro Luis Roberto Barroso, relator, e o ministro Edson Fachin, os quais os votos se analisará adiante, após a apresentação das intervenções dos amigos da corte.

2.3 Intervenção dos *amici curiae* e análise dos votos proferidos pelo relator da ADI 5766 ministro Luis Roberto Barroso e pelo ministro Edson Fachin

Após o pronunciamento da PGR, em 9 de maio de 2018, cinco amigos da corte se pronunciaram no sentido de colaborar na formação do convencimento dos ministros que votariam a ADI 5766. O primeiro deles, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), defendeu que o fato de o beneficiário da gratuidade de justiça, em se mantendo pobre, ter de arcar com despesas processuais macularia de inconstitucionalidade os itens impugnados pela ADI. Além disso, asseverou que a Lei n. 13.647/2017 tem por fim desincentivar, conforme os relatórios do PL que deu origem à lei, o acesso à Justiça do Trabalho, neste caso,

²⁰ REINO UNIDO. *The United Kingdom Supreme Court. UKSC 2015/0233. R (on the application of UNISON) (Appellant) v Lord Chancellor (Respondent)*, julgado em 26 de julho de 2017. Disponível em <<https://www.supremecourt.uk/cases/uksc-2015-0233.html>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

pelo trabalhador pobre, o que feriria o princípio da isonomia e, portanto, seria inconstitucional. Deveria, pois, o STF atuar de forma contramajoritária na defesa de uma maioria social sub-representada no parlamento brasileiro – os trabalhadores pobres.

Na sequência, a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), atuando como *amicus curiae*, lembrou que os trabalhadores que acessam a justiça do trabalho, em sua grande maioria, estão desempregados e, portanto, hipossuficientes. Ou seja, estes trabalhadores, já que desempregados, não deixariam a condição de miserabilidade pela verba recebida neste ou em outro processo e, por isso, perderiam a possibilidade de acesso à jurisdição para discutir verbas rescisórias não adimplidas pelo empregador.

A Anamatra, por sua vez, destacou a perplexidade pela qual magistrados estariam sujeitos ao terem de valorar em maior grau verbas de sucumbência que verbas alimentares. Ou seja, a pretexto de atacar a litigância descompromissada, o legislador haveria atacado o trabalhador pobre e não esta litigância. Concluiu que os advogados de reclamados seriam, portanto, os maiores beneficiários, em detrimento do benefício da gratuidade ao reclamante pobre, pelo que clamou pela procedência da ADI.

Por outro lado, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) defendeu a constitucionalidade da norma impugnada e, por conseguinte, a improcedência da ADI. Argumentou-se que não se discutia a forma de concessão da gratuidade, mas a capacidade de pagamento por motivo de verbas recebidas em juízo. Isto é, o trabalhador que recebe uma verba neste ou em outro processo é capaz de arcar com eventuais despesas do processo, o que seria constitucional. Ademais, quanto ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 844 da CLT, somente se atingiria o trabalhador “irresponsável”, já que o legislador teve o cuidado de salvaguardar os casos em que se justificasse a ausência à audiência.

Em mesmo sentido, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defendeu a constitucionalidade das normas impugnadas pela ADI. Para tanto, o seu representante afirmou que a redução do número de ações desde a vigência da Reforma Trabalhista já demonstra a funcionalidade da norma. Além disso, o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 844 da CLT somente atingiria o litigante que atentasse contra a

dignidade da justiça faltando à audiência, já que seria possível apresentar justificativa para a ausência.

Após a intervenção dos amigos da corte, o ministro relator da ADI 5766 no Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, em 10 de maio de 2018, proferiu seu voto considerando procedente em parte os pleitos da PGR. No dispositivo, infirmou o seguinte:

- i. Que o direito ao acesso à justiça pode ser regulado de forma a desincentivar a litigância abusiva inclusive por meio da cobrança de custas e honorários a seus beneficiários – corroborando o art. 790-B, caput e § 4º, o art. 791-A, § 4º, e o art. 844, §§ 2º e 3º, ambos da CLT reformada.
- ii. Que a cobrança de honorários sucumbenciais poderá incidir, em seu entendimento, (a) sobre verbas não alimentares em sua integralidade, exemplificando com as indenizações decorrentes de condenações por danos morais, e (b) sobre o percentual de até 30% do valor que exceder ao teto do RGPS quando pertinentes a verbas remuneratórias e, portanto, alimentares – limitando o § 4º do art. 791-A da CLT.
- iii. Que considerou legítima a cobrança de custas judiciais em razão de ausência do reclamante à audiência mediante sua previa intimação pessoal para que tenha oportunidade de justificar o não comparecimento e, em não sendo justificada a ausência, que o pagamento das custas seja requisito para nova ação – corroborando o art. 844, §§ 2º e 3º, da CLT.

Para chegar a tal entendimento, o ministro Barroso afirmou haver buscado dentre as interpretações possíveis a que facilitaria a expansão do mercado de trabalho e a que produziria melhor alocação de recursos sociais, entendendo que o enfrentamento à pobreza depende do crescimento econômico e da distribuição de recursos. Para tanto seria necessário, segundo ele, “desideologizar o debate”.

A despeito deste entendimento, Cleber Lúcio de Almeida (2017, p. 215) afirma não existir demonstração que embase e torne o argumento de favorecimento ao mercado de trabalho (com a criação de empregos decentes) inequívoco. Ao contrário, no primeiro trimestre de 2018, após o início da vigência da Reforma

Trabalhista, o desemprego subiu ao patamar de 12,9%, elevação de 5,7% em relação ao trimestre anterior²¹, ao passo que o número de empregos informais cresceu²².

O relator, porém, seguiu a afirmar que a litigiosidade excessiva no Brasil prejudica o mercado de trabalho, os trabalhadores e os empreendedores e que seria a justiça do trabalho brasileira “recordista mundial” nessa matéria. Isso teria implicação direta quanto ao acesso à justiça, porque o acesso à justiça, segundo o relator, inclui também o direito a um processo justo, efetivo e a uma justiça que funcione em tempo razoável e de maneira eficiente.

A litigiosidade excessiva, para o ministro Barroso, teria três causas:

- a. Muitos empregadores descumprem suas obrigações trabalhistas;
- b. Muitas reclamações temerárias são protocoladas todos os anos, e
- c. A legislação é muito complexa, o que torna muito difícil o correto adimplemento por parte do empregador de suas obrigações trabalhistas.

Por isso, o ministro defendeu em seu voto que seria necessária a criação de algum tipo de ônus para desincentivar a “judicialização fútil” e isto seria enfrentado pela reforma.

Este enfrentamento se daria impondo ao trabalhador beneficiário da gratuidade de justiça os custos individuais – honorários periciais, honorários sucumbenciais e custas processuais. Isso porque o acesso à justiça tanto pode ser comprometido pela negativa de ingresso judicial quanto pela demanda excessiva e conclui que, neste último caso, quem se beneficiaria do excesso de litigância seriam o “litigante aventureiro” e o “empregador desleal”.

O relator, então, trouxe dados estatísticos para demonstrar que a média de gastos do Brasil com justiça em relação ao PIB é maior que em alguns países.

²¹ UOL. *Desemprego é de 12% e atinge 13,4 milhões de trabalhadores, diz IBGE*. 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/05/29/desemprego-abril-ibge.htm>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

²² REUTERS. *Análise – Reforma Trabalhista limita qualidade do emprego formal e não impede avanço de informais*. 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN1I12TF-OBRS>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

Ocorre que, tal “desincentivo” para a doutrina seria o cerne da inconstitucionalidade, como escreve Cléber Lúcio Almeida (2017, p. 216):

Retirando direitos dos trabalhadores e dificultando o seu acesso à justiça e a satisfação dos seus direitos, [a Reforma Trabalhista] prestigia, de forma inegável, os interesses do capital, em desfavor dos interesses do trabalho, o que a torna inconstitucional.

Após todo este introdutório, o relator afirmou considerar legítimo o ônus dos pagamentos dos honorários periciais e advocatícios por beneficiários da gratuidade de justiça, nos termos dos art. 790-B, caput e § 4º, e art. 791-A, § 4º, posto que o sucumbente legalmente pobre somente pagará se auferir valores nos processos ou em deixando de constar a situação de hipossuficiência, não havendo que desembolsar nada em hipótese diversa. Afirmou, ainda, ser esta medida não excessiva e proporcional. Mas, para evitar sua incidência em verbas alimentares imprescindíveis à subsistência do reclamante e resguardar o mínimo existencial, estipulou dois critérios limitadores:

- i. Os valores de honorários não podem exceder 30% dos créditos recebidos, e
- ii. Somente pode utilizar para tal fim os créditos que excedam o teto dos benefícios do RGPS, atualmente de R\$ 5.645,89.

O valor de 30% foi estipulado tendo em vista que a legislação previdenciária prevê esta percentagem como a máxima que pode ser devolvida pelo beneficiário, em caso de pagamentos indevidos efetuados pela Previdência Social, e, também, seria esta a proporção máxima permitida para tomada de crédito consignado pelo empregado, sendo os demais 70% considerados alimentares.

Quanto ao segundo critério, o relator afirmou que, se um aposentado ou pensionista pode sobreviver tendo este valor como máximo, o beneficiário da gratuidade de justiça a que for garantido o mesmo valor também terá suas necessidades preservadas.

Cléber Lúcio de Almeida (2017, p. 218) considera, por outro lado, que a cobrança de honorários periciais e sucumbenciais se tratariam de “punição da litigância” e visariam penalizar o trabalhador hipossuficiente. Isso porque, quanto aos

honorários periciais, a norma dispensa a demonstração de má-fé do trabalhador e, ainda assim, impõe o pagamento da despesa ao trabalhador considerado pobre. Quanto aos honorários de sucumbência, estes não foram impostos na fase de cumprimento de sentença, na execução e nos recursos interpostos, como ocorre no regramento processual civilista (art. 85, § 1º, do CPC), o que demonstra que a norma reformista foi escrita com a finalidade de atingir unicamente ao trabalhador e, portanto, o voto modulado do relator mantém esta característica.

Barroso, seguindo para a análise das custas processuais do art. 844, § 2º, trouxe dados do IPEA²³, para afirmar que, em 2015, 22,6% das ações trabalhistas foram arquivadas ou pelo não comparecimento ou pela inépcia da inicial em procedimento sumaríssimo. Visando, pois, inibir tal comportamento, aquele que faltar à audiência sem justificativa deve arcar com as custas do processo, inclusive o beneficiário da justiça gratuita.

O mesmo estudo do IPEA (p. 13), porém, afirma que o aumento no número de demandas é, possivelmente, reflexo da crise econômica e, portanto, do maior número de demissões no período do quinquênio de 2011 a 2015. Ou seja, o próprio estudo apresenta causa para a suposta excessividade de litígios diversa do defendido pelo relator.

Além disso, o referido estudo aponta que apenas 7,1% de todas as reclamações de 2015 foram julgadas totalmente improcedentes, afora as arquivadas. Isto é, 70,3% das reclamações de 2015 foram consideradas, pelo menos, parcialmente procedentes. Conclui-se que, portanto, 70,3% das reclamações não podem ser chamadas de “litigância fútil”, como afirmou o ministro relator, já que haveria algum direito a ser reparado. Mesmo que as fossem, já há mecanismos legais destinados a coibir e punir a litigância de má-fé, como é o caso do art. 793-A da CLT, incluído pela Reforma.

Outra fonte utilizada pelo ministro relator foi o Relatório Justiça em Números 2017 do CNJ. Este Relatório demonstra, inclusive, o elevado grau de eficiência²⁴ da

²³ CAMPOS, André Gambier. *Resolução dos Conflitos Laborais no Brasil: os papéis desempenhados pela justiça do trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

²⁴ Ressalve-se que utilizar o número de conciliações como índice de eficiência é questionável já que a conciliação pressupõe concessão das partes e isso, em Direito do Trabalho, pode ser problematizado tendo em vista a natural hipossuficiência do trabalhador demandante, especialmente quando se discute (ou se abre mão) no acordo de temas relativos a verbas alimentares.

Justiça do Trabalho ao constatar (p. 126) que a justiça que mais realiza conciliação é a Justiça do Trabalho, valor que chega a 40% ainda na fase de conhecimento, ao passo que nos juizados especiais, o índice de conciliação foi de 16%, sendo de 19% na Justiça Estadual e de 6% na Justiça Federal.

O mesmo relatório do CNJ (p. 130-137) demonstra que o tempo médio de processo em 1º e 2º graus, tanto nas fases de conhecimento quanto na execução, são em média menores na Justiça do Trabalho que nas Justiças Estadual e Federal.

Ou seja, se impõe ao trabalhador legalmente pobre uma limitação de acesso à justiça mais restritiva que na justiça comum, como já demonstrado no primeiro capítulo desta pesquisa, a pretexto de reduzir o número de “litígios fúteis”, a despeito de (i) isto não se traduzir em números destoantes na seara trabalhista quando comparada à cível, (ii) já haver mecanismos com esse fim que não afetam diretamente o legalmente pobre (art. 793-A da CLT) e (iii) a causa atacada ser, possivelmente, errada, como demonstrado pelo estudo do IPEA (2018, p. 13).

Nesse sentido, após voto do ministro Barroso e pedido de vista do ministro Luiz Fux, o ministro Fachin proferiu seu voto, abrindo a divergência.

O ministro Edson Fachin julgou procedente a ADI 5766, por entender que os dispositivos impugnados (art. 790-B, caput e § 4º, art. 791-A, § 4º, e art. 844, § 2º, ambos da CLT) padeceriam de inconstitucionalidade material, por restrição à assistência integral e gratuita (art. 5º, LXXIV) e ao acesso à justiça (art. 5º, XXXV), afronta aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e dos valores sociais do trabalho (art. 1º, IV), aos objetivos fundamentais de construção de uma sociedade livre, justa e igualitária (art. 3º, I) e de erradicação da pobreza e da marginalização, bem como de redução das desigualdades sociais (art. 3º, III), além do Direito Fundamental à isonomia (art. 5º, caput).

Isso porque, conforme Fachin, o STF associa as garantias de acesso à justiça e de assistência jurídica integral e gratuita ao “direito de ter direitos” e restrições indevidas a estas garantias podem esvaziar a utilidade dos demais direitos fundamentais protegidos pela Constituição.

Em mesmo sentido, Cappelletti (1988, p. 12):

O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema

jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.

Dessa forma, tomando o acesso à justiça como Direito Fundamental, Cappelletti (1988, p. 31-32) arremata que o primeiro modo para permitir e favorecer o acesso à justiça é justamente proporcionar serviços jurídicos para os pobres.

Em seu voto, o ministro Fachin também reconhece a relação da gratuidade de justiça e, pois, do acesso à justiça com a isonomia. Isso porque a Reforma Trabalhista, nos itens impugnados, impôs condições restritivas à busca pelo acesso à jurisdição ao trabalhador pobre, o que esvaziaria os demais direitos a ele assegurados, pondo em risco real a garantia de outros direitos fundamentais, o que, segundo ele, não se pode admitir em um contexto de Estado Democrático de Direito.

Para o ministro divergente, não se discute que, uma vez cessadas as condições que deram causa à concessão do benefício da justiça gratuita, admite-se que o beneficiário arque com as despesas processuais. Porém os créditos obtidos pelo trabalhador pobre perante o Poder Judiciário não têm, por si só, a capacidade de modificar esta condição de miserabilidade jurídica. Isto é, a imposição ao pagamento de despesas processuais em virtude da obtenção de valores a que faz jus o trabalhador pobre perante a Justiça do Trabalho ataca o direito à gratuidade de justiça e, por conseguinte, o próprio acesso à justiça.

Ademais, o ministro Fachin assevera que o trabalhador beneficiário da gratuidade judicial, ainda que desidioso, não pode ser impedido de ajuizar outra demanda sem o pagamento das custas processuais, por ameaça, também, de esvaziamento do direito à gratuidade de justiça e ao acesso à justiça.

Dos votos proferidos, depreende-se que, na disputa narrativa quanto ao tema em tela, está uma análise que busca suposta melhoria da eficiência da Justiça do Trabalho, inclusive sob argumentos com a visão pessoal do ministro relator da melhor alocação de recursos e da mais adequada política econômica para o país, e, para tanto, acredita ser adequada certa limitação no acesso à jurisdição, inclusive ressignificando padrões até então adotados para declaração de hipossuficiência e impondo aos legalmente pobres os custos do processo. Por outro lado, uma análise que vê nesta limitação uma ofensa ao sistema normativo constitucional brasileiro,

que vedaria tal obstáculo à gratuidade e ao acesso à justiça por trabalhadores pobres.

Da análise dos votos, com base na doutrina citada nesta pesquisa, depreende-se que, afora as opiniões sobre política econômica do ministro relator que possivelmente afetariam o inciso IX do art. 93 da Constituição por não serem exatamente os fundamentos adequados para decisões judiciais em temas de constitucionalidade, o argumento de conferir eficiência à Justiça do Trabalho se desconstrói quando constatado que esta Justiça já possui melhores índices de eficiência quando comparada a outras justiças no Brasil e, ainda assim, em seu âmbito foi imposto regramento mais restritivo. Além disso, advogar esta melhoria em detrimento da garantia da gratuidade e do acesso à justiça por parcela pobre de trabalhadores é manifesta agressão aos Direitos Fundamentais salvaguardados pela Constituição.

Estes foram, portanto, os argumentos dos amigos da corte, do ministro relator Luís Roberto Barroso e do ministro Edson Fachin, bem como a posição doutrinária acerca dos itens impugnados pela ADI 5.766, que levaram ao entendimento desta pesquisa de que estes itens da Reforma Trabalhista estariam inadequados ao texto constitucional brasileiro, pelos motivos aqui debatidos, indo contra, pois, o entendimento do ministro relator.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a constitucionalidade do pagamento por beneficiários da justiça gratuita de honorários periciais, conforme previsão do art. 790-B, caput, da CLT, de honorários sucumbenciais, conforme previsão do art. 791-A, § 4º, da CLT, e de custas processuais, conforme art. 844, §§ 2º e 3º – redação dada pela Lei n. 13.467/2017. Além disso, buscou-se analisar possíveis implicações do texto reformista quanto à denegação do acesso à justiça por consequência dessas alterações.

Isso porque a Reforma Trabalhista implementou as referidas alterações à CLT que impuseram o pagamento de despesas do processo (honorários periciais, honorários advocatícios e custas processuais) ao beneficiário da gratuidade de justiça e, até, o impediria de realizar novo pleito até que se arcasse com as custas processuais – como é previsto no § 3º do art. 844 da CLT.

Conforme a estratégia adotada, se buscou analisar no primeiro capítulo as alterações implementadas pela Reforma Trabalhista no tocante à gratuidade de justiça, apresentando o antes e o depois da Reforma, sempre traçando paralelo com o regramento civilista, utilizando-se de casos emblemáticos e da doutrina para fundamentar a análise. No segundo capítulo, analisou-se, de forma crítica, o pleito da PGR, as contribuições dos amigos da corte e os votos já pronunciados no STF, com apoio doutrinário, enfrentando o debate sobre a constitucionalidade da Reforma Trabalhista no que se refere à gratuidade de justiça – mais especificamente, o art. 790-B, caput e § 4º, no art. 791-A, § 4º, e no art. 844, §§ 2º e 3º.

Após a análise das alterações legais no tocante à gratuidade de justiça promovidas pela Lei n. 13.467/2017, que reformou a CLT, constatou-se que os itens reformados neste escopo não estariam em acordo com a normativa constitucional que garante esta gratuidade e, ainda, limitariam o acesso à justiça pelo beneficiário da justiça gratuita, outro Direito Fundamental garantido pela Constituição.

Isso porque os responsáveis pela condução da Reforma Trabalhista visaram promover suposta eficiência à Justiça do Trabalho e, para isso, atacaram as possibilidades de gratuidade de justiça, fechando a porta do judiciário trabalhista ao trabalhador pobre – já que legalmente a concessão dessa gratuidade é feita ao

litigante sem possibilidades de arcar com os custos do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Seguindo este entendimento, o ministro relator da ADI 5.766 no STF defendeu o texto reformista por considerar necessária esta limitação de acesso à justiça, tendo em vista suposto excesso de litigância que chamou de “descompromissada”.

Ocorre que este entendimento, como restou demonstrado, não é condizente com a normativa constitucional que garante como fundamental a gratuidade de justiça ao litigante pobre e a não exclusão de apreciação de lesão ou ameaça a direito pelo Poder Judiciário.

Ademais, se demonstrou que, mesmo sob o argumento econômico de que as alterações aqui tratadas supostamente favoreceriam a eficácia da Justiça do Trabalho, este argumento se mostra equivocado, já que a Justiça trabalhista possui os melhores índices em termo de celeridade processual dentre as demais no Brasil e que qualquer alteração legislativa visando melhorar estes índices não poderiam ir contra a diretriz constitucional.

O presente trabalho, portanto, concluiu que os dispositivos em análise da Reforma Trabalhista negam acesso à jurisdição. Este entendimento, inclusive, é ratificado por dados do TST²⁵ que demonstram que foram ajuizadas 355.178 ações no primeiro trimestre de 2018, contra 643.404 no mesmo período de 2017, ou seja, uma queda de 44,79% no número de ações – número, portanto maior, que o de ações que poderiam ser consideradas temerárias, os 7,1% das reclamações²⁶, as que foram julgadas totalmente improcedentes. A queda expressiva no número de ações pode ser resultado da inserção de regras que aumentam os riscos e os encargos processuais dos reclamantes, em especial, dos legalmente pobres, o que desincentivaria a busca pela jurisdição. Isto é, dessa maneira, ocorre a negativa da jurisdição a elevado número de trabalhadores pobres com potencial direito a ser reclamado – direitos, estes, por consequência também negados.

Em mesmo sentido, da análise da ADI 5.766, constatou-se que os itens impugnados pela ação não estão propriamente adequados às diretrizes da

²⁵ G1. *Após reforma número de ações trabalhistas cai quase 45% no 1º trimestre*. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-reforma-numero-de-novas-acoes-trabalhistas-cai-quase-45-no-1-trimestre.ghtml>>. Acessado em: 15 de junho de 2018.

²⁶ CAMPOS, André Gambier. *Resolução dos Conflitos Laborais no Brasil: os papéis desempenhados pela justiça do trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018, p. 15.

Constituição de 1988. Isso porque, conforme levantado no presente trabalho, a gratuidade de justiça é Direito Fundamental assegurado pelo art. 5º, LXXIV, da Carta Magna, e sua afronta implica em dano a outro Direito Fundamental: o acesso à justiça, assentado no art. 5º, XXXV, da Constituição.

Além destes dois dispositivos constitucionais frontalmente atingidos pelo texto reformista nos itens apontados, foram indicadas inconstitucionalidades que atingiriam a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. O texto reformista atingiria, também, os objetivos da república de construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

O presente trabalho, portanto, se alinhou ao defendido pela PGR na ADI 5.766, bem como ao voto divergente do ministro Edson Fachin, que votou pela procedência do pleito da procuradoria, entendendo inconstitucional o texto reformista nos itens aqui analisados.

Dessa forma, após o estudo proposto, depreende-se que o legislador não deve se sobrepor ao texto constitucional, motivo pelo qual o STF haverá de analisar, quando do retorno do pedido de vista da ADI 5.766, os itens em tela com a devida cautela para que possa garantir ao trabalhador pobre a efetiva tutela de seus direitos por jurisdição adequada, declarando a inconstitucionalidade dos itens impugnados na ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cleber Lúcio de. A Reforma Trabalhista e o Acesso à Justiça. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães et al (Org.). *Reforma Trabalhista: visão, compreensão e crítica*. São Paulo: LTr, 2017. p. 215 – 223.

CAMPOS, André Gambier. *Resolução dos Conflitos Laborais no Brasil: os papéis desempenhados pela justiça do trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. In Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1985.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *Reforma Trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017*. São Paulo: LTr, 2017.

GIGLIO, Wagner. *Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 67.

LEITE, C. H. B. (2018). *A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e a Desconstitucionalização do Acesso à Justiça do Trabalho: Breves Comentários sobre Alguns Institutos de Direito Processual do Trabalho*. A Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual. p. 2.

SCHIAVI, Mauro. *A Reforma Trabalhista e o Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2017.

_____. *Manual de Direito Processual do Trabalho: de acordo com o novo CPC*. 11. ed. São Paulo: LTr, 2016.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público, cit., p. 764.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade*. Estudos de Direito Constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 474-475.

MOLINA, André Araújo. Justiça Gratuita. In: FELICIANO, Guilherme Guimarães et al (Org.). *Reforma Trabalhista: visão, compreensão e crítica*. São Paulo: LTr, 2017. p. 225 – 233.

MORAES, Daniela Marques de. *A importância do olhar do outro para a democratização do acesso à justiça*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. O direito constitucional a Jurisdição. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord.). *As Garantias do cidadão na justiça*. São Paulo: Saraiva, 1993, p. 13.

TORRES, Lobo Ricardo. *O Mínimo Existencial e os Direitos Fundamentais*. R. Dir. Proc. Geral, Rio de Janeiro, (42), 1990.

VILLAS-BÔAS, Maria Elisa. A atuação da jurisprudência pátria na materialização de um mínimo existencial. In: *Revista do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia*. Salvador, n. 15, p. 70, jul./dez. 2007.

Pesquisa eletrônica, leis, decisões judiciais e documentos

ANAMATRA. *Caso Brasil na OIT: Brasil continua na lista suja e terá que dar explicações a peritos sobre reforma trabalhista*. 2018. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26571-caso-brasil-na-oit-brasil-continua-na-lista-suja-e-tera-de-dar-explicacoes-a-oit-sobre-reforma-trabalhista>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6.787/2016, da Câmara dos Deputados, p. 68-69. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961&filename=Tramitacao-PL+6787/2016>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Relatório Justiça em Números 2017, ano – base 2016. 2017*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. Ministério Público Federal. *ADI 5.766*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADI5766reformatrabalhista.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. Senado Federal. *Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara n. 38, 2018* (projeto de Lei nº 6.787, de 2016, na

origem). Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5375790>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Instrução Normativa n. 27*, de 16 de fevereiro de 2005. Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 jul. 2005. Seção 1, p. 116. Republicação 1. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/3978>>.

_____. *Resolução n. 221*, de 21 de junho de 2018 [Instrução Normativa n. 41]. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2501, 21 jun. 2018. Caderno Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, p. 26-28. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/138949>>.

_____. *Súmula n. 219*. Honorários advocatícios. Cabimento. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_201_250.html#SUM-219>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Súmula n. 463*. Assistência judiciária gratuita. Comprovação. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_451_600.html#SUM-463>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. SECOM. *Comissão de Ministros entrega Parecer sobre Reforma Trabalhista à Presidência do TST*. 2018. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/id/24581032>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. *RE 567.985/MT*. Relator ministro Marco Aurélio, julgado em 18 de abril de 2013, publicado em DJe 194, 02 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4614447>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *RE 466.343/SP*. Relator ministro Marco Aurélio, julgado em 03 de dezembro de 2008, publicado em DJe 104, 04 de junho de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4614447>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *ADI n. 5.766*, Relator Ministro Luís Roberto Barroso, Tribunal Pleno, iniciado o julgamento em 09 de maio de 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. *ADPF 45/DF*, Relator Ministro Celso de Mello, julgada em 29 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/343_204%20ADPF%202045.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. Planalto. *Constituição de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Decreto 592/1992 (Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Decreto 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Lei n. 5.584/1970*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5584.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Lei n. 13.105/2015 (CPC)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Lei n. 13.467/2017 (“Reforma Trabalhista”)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. *Resolução 66 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 2010*. Disponível em: <http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=717d1c84-0b41-4fc0-b138-09cad3720800&groupId=955023>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CONJUR. *Juiz usa reformar trabalhista para condenar empregado em ação anterior à Lei*. 2018. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-14/juiz-usa-reforma-condenar-trabalhador-acao-anterior-lei>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

DIEESE. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. 2018. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

G1. *Após reforma número de novas ações trabalhistas cai quase 45% no 1º trimestre*. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/apos-reforma-numero-de-novas-acoes-trabalhistas-cai-quase-45-no-1-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

JORNADA NACIONAL. *Enunciados aprovados na 2ª Jornada*. 2018. Disponível em: <<http://www.jornadanacional.com.br/listagem-enunciados-aprovados-vis1.asp>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MIGALHAS. *Reclamante é condenado a pagar mais de R\$ 700 mil de sucumbência*. 2018. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI275538,11049-Reclamante+e+condenado+a+pagar+mais+de+R+700+mil+de+sucumbencia>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

REINO UNIDO. The United Kingdom Supreme Court. UKSC 2015/0233. R (on the application of UNISON) (Appellant) v Lord Chancellor (Respondent), julgado em 26 de julho de 2017. Disponível em <<https://www.supremecourt.uk/cases/uksc-2015-0233.html>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

REUTERS. *Análise – Reforma Trabalhista limita qualidade do emprego formal e não impede avanço de informais*. 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN1I12TF-OBRSBS>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

SUÍÇA. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 117 – Objetivos e Normas Básicas da Política Social*. 1962. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235329/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 01 jun. 2018.

UOL. *Desemprego é de 12% e atinge 13,4 milhões de trabalhadores, diz IBGE*. 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/05/29/desemprego-abril-ibge.htm>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.